

OS REPUBLICANISMOS E OS ABOLICIONISMOS NO BRASIL

1. INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XIX a política e a economia nacional passavam por sensíveis transformações. Este período foi marcado pela organização do segundo reinado (1840-1889), quando foi mais evidente a crise da monarquia brasileira culminando no golpe que instaurou a república.

Este texto tem por finalidade analisar o período final do segundo reinado, privilegiando os debates envolvendo a abolição da escravidão e o surgimento da república no Brasil.

2. Os movimentos abolicionistas no Brasil

Texto A

Por que considerar abolicionismos e não abolicionismo? A resposta deve-se ao fato de que não houve uma unidade de interesses e propostas em torno da idéia abolicionista.

Estamos longe de acreditar que a abolição da escravidão brasileira representou uma atitude piedosa da princesa Isabel em favor dos escravos, como também não podemos creditar a extinção da escravidão apenas como um resultado das pressões inglesas em favor da ampliação dos mercados de consumidores no Brasil (pois é necessário considerar que muitos ex-escravos – após a Lei Áurea – permaneceram excluídos do mercado de trabalho no país). É preciso ir mais longe e compreender que os movimentos abolicionistas assumiram diversas formas no País.

3. As idéias abolicionistas

O Brasil entrava na década de 80 do século XIX como o único país do Ocidente a manter o trabalho escravo.

A idéia de civilização, de progresso, de evolução, associada à Declaração Universal dos Direitos do Homem, construía-se a partir dos princípios liberais, que defendiam a igualdade de todos os homens. Enquanto essa igualdade não alcançasse a sociedade brasileira, o país não seria reconhecido no conjunto das nações como civilizado. Não pertencer ao rol dos civilizados era símbolo de atraso, de barbárie, de inferioridade. O regime escravista, que fora a base de todo o desenvolvimento econômico até o século XVIII, em face das mudanças que ele próprio gerara, passava a ser completamente repellido, rejeitado, condenado.

Discursos, declarações, livros e artigos que justificaram, durante vários séculos, a justiça e a necessidade do trabalho escravo eram substituídos por outros discursos, livros e artigos que defendiam exatamente o contrário.

Nesse palco é que se digladiam duas forças antagônicas na sociedade brasileira: grandes proprietários de fazendas de café, senhores de engenho, comerciantes e políticos representantes dos seus interesses, de um lado, e, de outro, as camadas médias, políticos e proprietários não mais dependentes do regime escravista.

Essa luta dos que reivindicam a extinção imediata da escravidão - a abolição -, contrariamente à idéia de processo lento e gradual defendida pelos emancipacionistas, irá envolvendo toda a sociedade. São fundados clubes e associações abolicionistas em quase todas as principais cidades das províncias. Estes trabalham tanto no sentido de propagandear, para convencer o resto da população, a justiça e a importância de se abolir o trabalho escravo, como no de fazer cotas para comprar a liberdade de determinados escravos. No dia da libertação do escravo, fazia-se uma grande festa cívica, que emocionava a população e ampliava nela o sentimento abolicionista. Muitos desses clubes e Associações irão colaborar na fuga de escravos, escondendo-os ou ajudando a transportá-los para outras províncias, onde não seriam reconhecidos ou onde o trabalho escravo estava praticamente abolido.

Os grandes proprietários e comerciantes, vendo seus interesses ameaçados através dessa vasta rede de clubes e organizações abolicionistas, fundam os clubes da lavoura e comércio, com o objetivo de opor-se à campanha do movimento abolicionista.

4. Liberdade para morrer

Foi nesse clima acirrado de disputa entre abolicionistas e escravistas que, em 1884, começa a ser discutido, na Câmara, um projeto acerca da libertação dos escravos idosos, que ficou conhecido por lei do Sexagenário. Tal projeto de lei era, para muitos, uma conquista do movimento abolicionista, que lutava, cotidianamente, pelo fim da escravidão.

Nessa ocasião, os grandes proprietários e comerciantes voltam a defender a extinção lenta e gradual da escravidão, sem a aprovação de nenhuma lei além da do Ventre Livre. O debate sobre a lei do Sexagenário criou uma grande expectativa nos meios abolicionistas. Acreditava-se que, aprovada essa lei, poder-se-ia passar à aprovação da abolição.

A discussão em torno desse projeto de lei, a partir de junho de 1884, vai mostrar, também, a força e a influência dos clubes da lavoura e do comércio. Começam a chegar à Câmara dezenas de abaixo-assinados de proprietários e comerciantes opondo-se à lei do Sexagenário e afirmando que a lei do Ventre Livre era suficiente para garantir uma lenta e tranqüila extinção do trabalho escravo no Brasil.

Os debates entre parlamentares abolicionistas e escravistas são iniciados. Cedo, fica evidente que os escravistas são maioria e que a liberdade para os escravos de sessenta anos já não seria aprovada.

Nessas condições, atravessa-se todo o ano de 1884; só em agosto de 1885 a lei consegue ser aprovada. Mas as modificações introduzidas pelos escravistas descaracterizam completamente o projeto inicial. Embora

essa lei tenha ficado conhecida como aquela que deu liberdade aos escravos com sessenta anos, a verdade é outra. Só foram libertos, imediatamente, os escravos com 65 anos. Os que tivessem sessenta anos eram obrigados a trabalhar mais três anos para os seus senhores, como indenização pela liberdade.

A aprovação da lei nessas condições revoltou o movimento abolicionista, tornando evidente que, pela via parlamentar e legal, a abolição ainda estava muito distante.

5. O processo final da abolição

Na década de 1880, em face da crescente organização do movimento abolicionista, a escravidão tinha seus dias contados. Os escravos, que até então lutavam sozinhos, tinham agora, como aliados, importantes setores da sociedade - profissionais liberais, militares, jornalistas, estudantes e uma parcela de políticos e proprietários.

Como resultado dessa aliança entre escravos e movimento abolicionista, as províncias do Ceará e do Amazonas, em 1884, declaram extinta a escravidão. Esse fato tem uma enorme repercussão nas demais províncias, fortalecendo, consideravelmente, o movimento abolicionista.

Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí encaminham protesto ao governo central, pelo fato de muitos escravos, auxiliados em suas fugas pelos abolicionistas, estarem se dirigindo para o Ceará, onde não correm nenhum perigo de serem capturados, já que nessa província a escravidão fora abolida.

Vinha, dessa forma, ganhando, dia a dia, maiores adesões o movimento abolicionista. Entretanto, o expressivo valor do escravo e a importância do seu trabalho na cultura do café e mesmo na do açúcar criavam ainda forte resistência à abolição.

A morte de dois escravos em Paraíba do Sul (Rio de Janeiro), depois de condenados a um castigo de trezentos açoites, levantou uma onda de protestos e indignação, culminando com a aprovação, na Câmara, de uma lei que proibia, definitivamente, o açoite.

Nesse período, as fugas começam a crescer em número incontrolável nas fazendas de café da província de São Paulo, acelerando-se em 1887. A cidade de Santos era o destino de muitos dos fugitivos, por congregar uma importante organização abolicionista liderada por Antônio Bento.

Esta fuga generalizada provoca uma reação dos fazendeiros de café, que solicitam do presidente da província de São Paulo a convocação de forças militares para reprimir os revoltosos.

Uma carta dos militares à princesa Isabel, na época respondendo pelo monarca, para que o exército não seja mais encarregado de capturar escravos, marca a perda definitiva de controle dos senhores sobre o processo de libertação dos escravos.

Tinham, assim, os escravos conquistados, através de muita luta, sofrimento e morte, e com o apoio tardio de alguns setores da sociedade, sua originária condição de homens livres, em 13 de maio de 1888.

6. Liberdade, para quê?

Pesquisando-se em jornais de 13 de maio de 1889, 1890 e 1891, descobre-se como as autoridades, nos anos seguintes à aprovação da lei que aboliu a escravidão, sempre vinham realizando comemorações referentes a essa data. Nesses jornais, não se registra a presença, o nome ou algum discurso de africanos ou seus descendentes. Esse fato, que ao leitor desatento pode passar despercebido, vai apenas se tornar mais um elemento do quadro histórico onde os ex-escravos africanos a nacionais, apesar de livres, continuavam a sofrer discriminação social, política, cultural e econômica. Na data da celebração da sua liberdade, os jornais e a sociedade comemoram em teatros e recintos fechados, onde aquele por quem se comemora estava ausente.

A ausência de ex-escravos no noticiário dessas comemorações é indicativa de que eles, apesar de livres, não conquistaram, de fato, a condição de igualdade que na lei estava registrada.

O movimento abolicionista, ao obter o apoio de amplos setores da sociedade que até então era escravocrata, impediu ou mesmo dificultou uma luta pela libertação que incluísse, em seu programa, questões referentes a trabalho, educação e saúde de toda essa enorme parcela da população constituída por africanos, descendentes destes e mestiços. O movimento abolicionista, na verdade, restringiu-se a extinguir o regime escravista, não colocando em discussão as formas de vida do ex-escravo.

Esse fato nos possibilita reconhecer que a abolição precisava vir acompanhada de um amplo programa político. A conquista da condição de homem livre deveria estar associada a outras condições de trabalho e de vida, inclusive relacionando abolição com reforma agrária.

Ao ex-escravo, após as comemorações do 13 -de maio de 1888, só restou voltar a trabalhar para o ex-senhor, recebendo pequenos salários (pois eram deste as terras, as casas, os instrumentos de trabalho), ou se estabelecer na periferia das cidades, realizando pequenos serviços ou trabalhos mais regulares.

ANOTAÇÕES